



XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: *criações docentes e reinvenções curriculares*

BNC- FORMAÇÃO E AS ESCOLAS DO CAMPO: desafios e perspectivas para a formação docente

Maria Lêda Ribeiro Silva Almeida¹
Nelcyleide de Jesus Pedrozo²

Resumo: O presente artigo apresenta como objetivo analisar os desafios e perspectivas para a formação docente da BNC- Formação na proposta pedagógica e curricular das escolas do campo. Sendo assim, neste artigo buscamos refletir sobre como a BNCC foi determinante na elaboração de outras políticas educacionais, a exemplo da Formação Inicial e Continuada de Professores. As discussões sobre a BNCC transitam por seu caráter prescritivo. Além disso, o texto aborda as Resoluções que implementaram a BNC-Formação Inicial (2019) e a BNC-Formação Continuada (2020) e como elas estão intrinsecamente ligadas à BNCC e principalmente nas escolas do campo, traz grandes desafios para a formação dos professores do campo, por não levar em consideração a formação cultural, política, social e científica. Este estudo é de natureza qualitativa e envolve a pesquisa bibliográfica e análise documental, portanto com o objetivo de apresentar os aportes teóricos este artigo se fundamenta em obras de autores que discutem o assunto numa perspectiva crítica, entre outros, destaca-se: Freire (2021), Freitas (2012, 2018), Fávero; Tonieto; Roman (2013), Saviani (2011, 2019), entre outros. Em suma, destacamos que a política educacional vigente para a formação dos professores, descaracteriza o papel do professor e o coloca como executor de competências e o responsabiliza pelo desempenho dos alunos nas avaliações de larga escala. Aliado a isso, ainda desconsidera as vivências dos alunos e a realidade em que se encontram.

Palavras-chave: BNC -Formação. Escolas do Campo. Formação de professores.

BNC- TRAINING AND SCHOOLS IN RURAL AREA: challenges and perspectives for teacher training

Abstract: The objective of this article is to analyze the challenges and perspectives for teacher training at BNC - Training in the pedagogical and curricular proposal of rural schools. Therefore, in this article we seek to reflect on how the BNCC was decisive in the development of other educational policies, such as Initial and Continuing Teacher Training. Discussions about the BNCC are prescriptive in nature. Furthermore, the text addresses the Resolutions that implemented the BNC-Initial Training (2019) and the BNC-Continueid Training (2020) and how they are intrinsically linked to the BNCC and especially in rural schools, bringing great challenges to teacher training. of the field,

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (PPGE/UFMA). É membro do Grupo de Pesquisa Escola, Currículo e Formação Docente (GEPECURFORD) do PPGE/UFMA. Coordenadora do GT Educação do Campo na Unidade Regional de Itapecuru/MA de São Luís/MA. E-mail: marialedaribeiro2019@gmail.com.

² Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (PPGE/UFMA). É membro do Grupo de Pesquisa Escola, Currículo e Formação Docente (GEPECURFORD) do PPGE/UFMA. Professora da Educação Básica na Rede Municipal de Ensino de São Luís/MA. E-mail: nj.pedrozo@discente.ufma.br.





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares

for not taking into account cultural, political, social, and scientific training. This study is qualitative in nature and involves bibliographical research and documentary analysis, therefore with the aim of presenting the theoretical contributions, this article is based on works by authors who discuss the subject from a critical perspective, among others, the following stand out: Freire (2021), Freitas (2012, 2018), Fávero; Tonieto; Roman (2013), Saviani (2011, 2019), among others. In short, we highlight that the current educational policy for teacher training mischaracterizes the teacher's role and places him as an executor of skills and makes him responsible for students' performance in large-scale assessments. In addition to this, it still disregards the students' experiences and the reality in which they find themselves.

Keywords: BNC -Training. School in rural. Teacher training

BNC- FORMACIÓN Y ESCUELAS DE CAMPO: desafíos y perspectivas para la formación docente

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar los desafíos y perspectivas para la formación docente del BNC - Formación en la propuesta pedagógica y curricular de las escuelas rurales. Por ello, en este artículo buscamos reflexionar sobre cómo el BNCC fue decisivo en el desarrollo de otras políticas educativas, como la Formación Inicial y Continua de Profesores. Las discusiones sobre el BNCC son de naturaleza prescriptiva. Además, el texto aborda las Resoluciones que implementaron el BNC-Formação Inicial (2019) y el BNC-Formação Continuada (2020) y cómo están intrínsecamente vinculadas al BNCC y especialmente en las escuelas rurales, trayendo grandes desafíos a la formación de docentes del campo, por no tener en cuenta la formación cultural, política, social y científica. Este estudio es de carácter cualitativo e involucra investigación bibliográfica y análisis documental, por lo que, con el objetivo de presentar los aportes teóricos, este artículo se basa en trabajos de autores que abordan el tema desde una perspectiva crítica, entre otros, se destacan: Freire (2021), Freitas (2012, 2018), Fávero; Tonieto; Román (2013), Saviani (2011, 2019), entre otros. En definitiva, resaltamos que la actual política educativa de formación docente desvirtúa el rol del docente y lo ubica como ejecutor de habilidades y lo responsabiliza del desempeño de los estudiantes en evaluaciones de gran escala. Además de esto, todavía desconoce las vivencias de los estudiantes y la realidad en la que se encuentran.

Palabras clave: BNC -Capacitación. Escuelas de campo. Formación de profesores.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vem se materializando como projeto do grande capital que vem com toda a força econômica do empresariado, com instrumentos e estratégias bem articuladas de controle do Ministério da Educação e Cultura (MEC), para tornar a educação pública, a formação dos professores das escolas do campo, uma formação estritamente voltada aos interesses





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares

do capital, e tem como pano de fundo a precarização da formação docente, centrando-se no desenvolvimento de competências e habilidades, em detrimento de uma formação ampla e integral dos professores.

Neste contexto, à implementação da BNCC, principalmente nas escolas do campo, traz grandes desafios para a formação dos professores do campo, por não levar em consideração a formação cultural, política, social e científica. No caso da Educação do Campo, o Movimento de Educação do Campo construiu, nas últimas décadas, um arcabouço teórico e pedagógico associado às lutas dos camponeses e dos movimentos sociais, voltados à elaboração de projetos educativos comprometidos com a formação crítica e com a transformação social dos sujeitos, os projetos de Educação do Campo são concebidos a partir das especificidades socioculturais, política e econômica deste território e dos conhecimentos e saberes produzidos coletivamente pelos camponeses.

A partir dos desafios impostos pela BNC –Formação para as escolas do campo, com o intuito de aprofundar os estudos sobre os princípios políticos e pedagógicos da Educação do Campo, é que Movimento de Educação do Campo vem buscando evidenciar as tensões/contradições entre os pressupostos teóricos que norteiam os projetos educativos desenvolvidos nas escolas do campo e os princípios políticos e ideológicos que fundamentam a BNCC. Em meio a estas discussões, este estudo de caráter qualitativo, tem como objetivo principal analisar os desafios e perspectivas para a formação docente da BNC- Formação na proposta pedagógica e curricular das escolas do campo. Para tanto, o referencial teórico constitui-se das contribuições de autores como: Freire (2021), Freitas (2012, 2018), Fávero; Tonieto; Roman (2013), Saviani (2011, 2019), entre outros. Logo, para este artigo, apresentamos como a BNC- Formação configura-se como política de regulação da docência e em seguida, apresentamos os desafios da BNC- Formação na formação dos professores do campo.

2 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: em foco a BNC- Formação

As reformas que atingem a formação de professores hoje no Brasil, se compõem por duas resoluções. São elas: a Resolução CNE/CP n.º 02, de 20 de dezembro de 2019 publicada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a educação básica e instituiu a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da educação básica (BNC- Formação) e a Resolução CNE/CP n.º 1 de 27 de outubro de 2020 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares

Continuada de Professores e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

É importante compreender que antes dessas duas Resoluções, já existia uma política nacional de Formação de Professores, a Resolução CNE/CP nº 02, de 1º de julho de 2015 que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Essa Resolução estava totalmente alinhada às metas 15 e 16 do Plano Nacional de Educação (PNE) e comprometida com a valorização do magistério, no qual já vinha sendo feita através de um processo de discurso democrático, inclusive o art. 5º do Capítulo II da Resolução fazia referência à uma Base Comum Nacional e não a uma Base Nacional Comum, como pode ser observado:

“A formação dos profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e a exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão, para que se possa conduzir o(a) egresso(a)” (Brasil, 2015, p. 5-6).

No entanto, essa resolução foi revogada porque levaria a construção de um perfil de profissional de educação e uma educação pública totalmente contrária ao que se deseja na política atual. O fato de existir duas bases de formação, uma de Formação Inicial (BNC-Formação) e outra para a Formação Continuada (BNC-Formação Continuada) fragiliza e fragmenta no que deveria existir a interlocução entre formação inicial e continuada, vistas de modo permanente, contínuas, pois apesar de se apresentarem de formas distintas, mas ainda nos permitem compreender a aproximação entre as instituições formadoras e a escola.

Ao analisarmos as bases, fica evidente que os documentos direcionam o trabalho do professor para a aplicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Como podemos observar no Art.2º da BNC-Formação:

“A formação docente pressupõe o desenvolvimento pelo licenciado, das competências gerais previstas na BNCC- Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas visando à Educação Integral” (Brasil, 2019, p. 2, grifo nosso).





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares

Desse modo, pode-se perceber que tal exposto desconsidera os sujeitos responsáveis pelo processo ensino-aprendizagem, a cultura institucional, o território em que a escola se encontra e sobretudo as experiências dos estudantes. Os marcos que orientam tanto a Formação Inicial como a Formação Continuada pautam-se no modelo de formação neotecnista. Para Saviani (2019, p. 512), o neotecnismo tem por definição "o controle decisivo do processo para os resultados. É pela avaliação dos resultados que se buscará garantir a eficiência e produtividade." Portanto, este é um modelo que não permite ao professor ser protagonista de sua própria práxis e nem de refletir criticamente sobre a prática, o que torna ainda mais complexo a ideia de ensino por um técnico executor.

O exposto acima, vai contra aquilo que Paulo Freire propõe, segundo ele: “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (Freire, 2021, p. 40). Sendo assim, a formação sob essa ótica apresenta a importância dos professores se tornarem protagonistas do fazer pedagógico através do trabalho coletivo baseado no diálogo. Assim, o modelo observado nos documentos da BNC- Formação e BNC- Formação Continuada, é uma formação baseada em competências. Nesse sentido, o currículo por competências opera nos processos de regulação, visando principalmente implicações no trabalho dos professores, pois atribui a responsabilidade ao trabalho dos professores para que se tenha resultados melhores no desempenho dos alunos. Além disso, os documentos BNC- Formação e BNC- Formação Continuada apresentam um conjunto de competências profissionais que serão exigidas dos professores para que possam ser alinhadas às demandas da BNCC, conforme expresso no:

Art. 4º As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente.

São elas:

- I- conhecimento profissional;
- II- prática profissional; e
- III- engajamento profissional (Brasil, 2019, p. 2).

Desse modo, a BNCC além de se constituir como elemento articulador, ainda regula a docência, mobilizando a docência como figura central para alcance das metas desejadas e atribuindo ao professor a responsabilidade pelo sucesso das reformas curriculares. Partindo deste panorama Freitas (2018, p. 37) afirma que “a educação é isolada dos seus vínculos sociais e passa a ser vista





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares

como uma questão puramente de gestão". Desse modo, nas palavras de Paulo Freire na obra *Pedagogia da Autonomia* (2021, p. 134),

“Como ensinar, como formar sem estar aberto ao contorno geográfico, social, dos educandos? A formação dos professores e das professoras devia insistir na constituição deste saber necessário e que me faz certo desta coisa óbvia, que é a importância inegável que tem sobre nós o contorno ecológico, social e econômico em que vivemos”.

Por isso, é preciso refletir sobre a realidade dos alunos e de que forma os professores serão formados, de forma consciente e que garanta a participação de todos sem exceção. Ademais, “a formação docente continuada continua sendo e certamente será um dos mais importantes e centrais problemas que necessitam ser enfrentados se almejamos uma qualidade educativa” (Fávero; Tonieto; Roman, 2013, p. 285).

Nesse caminho, os desafios com a formação de professores das escolas do campo se dirigem para identificar as contradições presentes nas reformas empreendidas e as que se manifestam em cada um desses espaços da vida social, primordialmente no aspecto da educação formal, a fim de encontrar caminhos para a materialização das proposições mais avançadas no âmbito dessa formação. Essas proposições estão em confronto com as ideias mais retrógradas do ponto de vista pedagógico social e cultural que se encontram sintonizadas com a demanda atual do sistema capitalista. Esse é um embate que se trava e que decorre da profunda crise do capital como um sistema em declínio. Isso serve de alerta para essa nova fase de disputas que acentuam, em uma proposta de curricularização assentada na organização imposta pela BNC –Formação, pode ser fatal para um projeto crítico de formação dos professores das escolas do campo.

3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO CAMPO: os desafios da BNC-Formação

As reformulações dos cursos de formação dos professores no Brasil, intensificadas sobretudo, a partir da década de 1990 e focalizadas tanto para a educação básica quanto para o ensino superior, se inserem no interior de um projeto mais amplo de cunho neoliberal que atinge a sociedade de modo geral. Em suma, as reformas educacionais em curso são a expressão de uma entre inúmeras outras empreendidas para atender às demandas neoliberais do capital internacional.





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

***“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”:* criações docentes e reinvenções curriculares**

A BNCC configura-se como instrumento fundamental para a aplicação do projeto do capital no campo da educação. Na contramão das reivindicações históricas dos trabalhadores da educação, através de suas organizações, sindicais acadêmicas, impõe uma padronização e um rebaixamento em precedentes na formação escolarizada.

A formação de professores das escolas do campo segue as mesmas orientações, normas e diretrizes da formação de professores em geral, mas neste processo de lutas garantiu-se a possibilidade de experiências específicas para a formação dos docentes do campo, ainda que dispositivos legais indique a necessidade de formação específica, os movimentos sociais organizados na articulação por uma educação do campo reivindicam formar professores para escolas do campo, com forte vínculo com a realidade social dos povos do campo.

O objetivo desses movimentos sociais é contribuir na reflexão político pedagógica da educação do campo, partindo das práticas já existentes e projetando novas ações educativas que ajudem na formação dos sujeitos do campo (Caldart, Ceriulli, Kolling, 2002, p. 12).

Temos como relevante e necessário o engajamento das entidades e movimentos sociais afinados com a educação pública de cunho democrático na luta pela revogação da atual BNC-Formação. Este posicionamento se pauta na compreensão de que a formulação de Diretrizes oficiais no campo da formação de professores de forma impositiva e sem diálogo com estudantes e professores e com as diferentes entidades que historicamente estão implicadas nesse processo, impede o sistema escolar público de avançar rumo à “socialização do saber sistematizado”, como nos alerta Saviani (2011, p. 14).

O cenário de apreço a uma dimensão de incompetência profissional ancorada num processo de desintelectualização do professor a partir de uma formação precária, a Resolução nº 02/2019 estabelece uma formação sem caráter crítico e emancipador nas licenciaturas, restringe o processo formativo dos professores a um conjunto de competências, desvinculado do seu contexto histórico-social. Trata-se, pois, de uma ideia impregnada em uma formação centrada em uma semi-formação, que conduz os professores a uma espécie de adaptação, dado que fortalece a ideologia de se conformar com o que está posto no sentido de aceitar um cenário desfavorável para o campo de uma prática emancipatória.

Como estamos a acentuar, pode-se perceber nas recentes reformas empreendidas no campo do currículo uma padronização na formação dos professores. Segundo Freitas (2018), o discurso dos





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares

novos reformadores (os alinhados com a “nova direita”) se pauta, presentemente, no entendimento de que o alcance da eficiência do ensino requer o controle do sistema educacional livre da ingerência do Estado. Nesse sentido, a descentralização traz consigo a responsabilidade para os professores e gestores das escolas dos resultados bons ou maus obtidos nas escolas.

Esta formulação do autor é configurada em três elementos: responsabilização, meritocracia e privatização (Freitas, 2012), além da centralização no projeto de formação, nas avaliações, no controle como já citado em seção anterior. Esse projeto vai se constituindo a partir dos documentos da BNC-Formação dos Professores, em que toda a formação se dará na perspectiva das competências para formar professores, o que significa estudar, aprender a executar as competências básicas da Base.

Cumprir destacar um elemento norteador da formação que é a ideia de conteúdo, tal como concebido na BNCC. Por essa concepção, os professores devem estudar e aplicar o conteúdo na sua prática docente, devem ser resilientes e enfrentar os problemas do cotidiano no que diz respeito ao aprendizado dos estudantes. Isso tensiona a ação docente padronizando-a com limites, o que, conseqüentemente, impossibilita o desenvolvimento orgânico do processo educativo na escola, impedindo que a formação dos professores se volte para a formação intelectual, capaz de formar organicamente sujeitos críticos.

É importante salientar que a ideologia que perpassa todo o projeto da BNC-Formação envolve as formações das futuras gerações, atinge a todas as etapas e os dois níveis da Educação Básica e do Ensino Superior. Caracterizando-se como um retorno ao neotecnicismo, uma lógica racional e instrumental de formar o indivíduo para a empregabilidade com valores da meritocracia. Pois seu interesse é “[...] formar a classe trabalhadora às necessidades da classe burguesa, em especial às exigências do mercado de trabalho e do neotecnicismo por meio de suas categorias responsabilização, meritocracia e privatização” (Freitas, 2012, p. 383).

Além da atuação do professor na determinação do desempenho dos alunos, existe uma necessidade do docente adquirir no exercício profissional novas competências e habilidades, que poderão ser comprovadas por meio de avaliações, titulações e desempenho a partir da implantação da BNCC, como acentuado há pouco.

Da mesma forma que a formação, a carreira do professor se articula à Base Nacional de Formação. [...] As competências auxiliam na construção de uma trajetória profissional que envolve aspectos relativos ao desenvolvimento e à avaliação de desempenho, fundamentais para a qualidade do trabalho docente (Brasil, 2018, p. 40).





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares

A BNC- Formação impõe um profundo processo de reorganização, apontando novas exigências e modificações no funcionamento da política de formação docente. Como política que formata um currículo para a educação básica e estabelece os elementos centrais da organização do conteúdo da formação docente, pautada em competências e habilidades requeridas pelo projeto societário vigente, evidencia que o que prevalece é a lógica do capital para a formação do professor adequado ao seu processo de acumulação.

Na educação do campo, a construção de sua fundamentação esteve calcada originariamente nas lutas sociais da classe trabalhadora organizadas em movimentos sociais. Quando passou a ampliar sua formulação a partir da estratégia de ampliação das articulações com outros setores, como governos, organizações não governamentais, também passou a assumir contradições que na materialidade da luta social não se faziam presentes.

O controle sobre a formação está relacionada diretamente com qual formação está sendo projetada para a classe trabalhadora. Impedir que se possa aprender as reais relações sociais de produção e compreender o processo de produção social da existência é fundamental para fortalecer o projeto do capital, que deve influenciar qualquer iniciativa de formação de um pensamento crítico. Com isso, garante-se a formação limitada, com conhecimentos definidos pelos vínculos da educação neoliberal, preparando para trabalho precarizado, sem direitos com poucas expectativas de mobilidade social (Antunes, 2018).

A repercussão desse ideário pode ser evidenciada pelo Parecer CNE/ CP, 22/ 2019 e da Resolução CNE/ CP. 02/2019, que demonstram um modelo de formação calcada na epistemologia da prática, estabelecendo o saber-fazer como elemento estruturante da formação. Nesse sentido, advoga-se a necessidade de uma verdadeira resistência ativa, desenvolvida tanto no plano da dimensão pedagógica quanto política, com vistas à defesa de outra lógica de formação de professores cujo horizonte seja a busca pela humanização dos indivíduos e a superação do modo de produção da vida social regido pela exploração do trabalho pelo capital. A proposta de implantação da BNC- Formação traz preocupações devido aos possíveis impactos que esta política curricular possa causar, não apenas na base curricular das escolas do campo, mas também na qualidade do processo de formação dos professores, comprometendo os princípios políticos e pedagógicos construídos historicamente.





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

***“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”*: criações docentes e reinvenções curriculares**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se o currículo como uma construção histórico-social que se modifica no decorrer do tempo, fundamentada em teorias que produzem práticas. Nesse percurso histórico, aquilo que é definido como currículo sofre transformações à medida em que se torna objeto de estudo, alicerçado em várias abordagens teóricas construídas ao longo desse processo. Nesse sentido, as novas diretrizes para os cursos de formação de professores, denominada de BNC-Formação, carrega em seu interior um conjunto de elementos que desqualificam, descaracterizam e esvaziam os currículos e o processo formativo.

Tais diretrizes configuram-se na forma alienada e rebaixada pela qual, no interior do universo ideológico neoliberal do capitalismo em sua fase imperialista, busca-se aviltar as consciências e manipular as subjetividades dos indivíduos com proposições pedagógicas idealistas, pragmatistas e neoprodutivistas, como é o caso das pedagogias das competências.

A BNCC faz parte do conjunto dessas políticas sendo um mecanismo de regulação e padronização do currículo das escolas do campo. Portanto, estamos vivendo um cenário difícil, mas é importante que se construa um contraponto, do ponto de vista das formações dos professores, com um projeto alicerçado na epistemologia da práxis, emancipador que defende uma perspectiva de que cada cidadão é um ser político, capaz de criticar, ser um ser militante, um ser engajado que contribui para a organização de uma ordem social de caráter democrático e justo.

É preciso que os professores das escolas do campo, tenham um posicionamento de classe, capazes de lutar por seus direitos, assumindo um compromisso com a transformação social e superação do caráter injusto do sistema capitalista. Um profissional que consiga elaborar proposições e conhecimentos que contribuam com o coletivo da escola, comunidade de estudantes, que possa traçar caminhos para a superação e enfrentamento da lógica perversa do capital.

No âmbito deste fortalecimento, a unidade entre a dimensão política e pedagógica permite reconhecer que o enfrentamento pedagógico ao rebaixamento e esvaziamento da formação humana e dos currículos escolares pode e deve estar articulado à defesa política da revogação da BNC-Formação de Professores.





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: *criações docentes e reinvenções curriculares*

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 02 /2015, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, 2 jul.2015.

BRASIL. Secretária de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 fev.2024.

Brasil. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 mar. 2024.

Brasil. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CALDART, Roseli Salete; KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo (orgs.). **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. (Coleção por uma Educação do Campo, nº 4).

FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carina; ROMAN, Marisa Fátima. A formação de professores reflexivos: a docência como objeto de investigação. **Educação**. Santa Maria, v. 38, n. 2. p. 277-288. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/5483/5466>. Acesso em: 11 mar. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 68ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação**: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012. Disponível em:





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

***“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”:* criações docentes e reinvenções curriculares**

<https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas/SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Cap. XIV- O neoprodutivismo e suas variantes: neoescolanovismo, neoconstrutivismo, neotecnicismo (1991-2001). In: **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.



João Pessoa - Paraíba, 25, 26 e 27 de setembro de 2023